



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida São Paulo, 1123 - Fones: {

Gabinete e Secretaria,	064
Expediente,	063
Almoxarifado,	176
Junta de Serviço Militar,	079

## LEI Nº 1.166 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1.978.-

"Dispõe sobre regulamentação dos Artigos 216, 218, 219, Seção VIII, Capítulo III e artigo 342, item II, da Lei nº 1.137 de 30 de Setembro de 1.977".

GUIDO BELONE, Prefeito Municipal de Parapuã, -  
Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, -  
usando de suas atribuições legais,.....

FAZ SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ, DECRETOU E ELE PROMULGA E SANCIONA EM REDAÇÃO FINAL, A SEGUINTE LEI:-

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei, dispõe sobre os fatos geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização da taxas e contas - do S.A.A., e estabelece normas de direito a elas pertinentes.

Artigo 2º - Integram o sistema tributário e de contas do S.A.A.:-

#### I - Taxas

- a) - pelo fornecimento de água;
- b) - decorrentes do poder de polícia do S.A.A.;
- c) - decorrentes de atos relativos à utilização efetiva ou potencial dos serviços do S.A.A., específicos e divisíveis.

### CAPÍTULO II

#### DO LANÇAMENTO

Artigo 3º - Lançamento, é o procedimento privativo da autoridade administrativa destinado a construir crédito mediante a verificação da ocorrência da obrigação correspondente, à determinação da matéria, cálculo do montante da importância devida, identificação do contribuinte ou usuário, e, sendo o caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

Artigo 4º - Aplica-se ao lançamento as normas que, posteriormente ao nascimento da obrigação, haja instituído novos critérios da apuração da base - de cálculo, estabelecendo novos métodos de fiscalização, ampliação dos poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgando maiores garantias e privilégios à Administração, exceto no último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Artigo 5º - Os atos formais relativos ao lançamento, ficarão a cargo do Órgão competente.

Artigo 6º - A omissão ou erro de lançamento, não exime o contribuinte ou usuário do cumprimento da obrigação, nem de qualquer modalidade aproveita.

Artigo 7º - O lançamento de OFÍCIO, far-se-á, com base nos elementos disponíveis

Artigo 8º - Far-se-á revisão de lançamento, sempre que se verificar erro na fixação, da base tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação, hajam sido apurados diretamente pela fiscalização.

Artigo 9º - Os lançamentos efetuados de OFÍCIO, ou decorrentes de arbitramento só poderão ser revistos em face de superveniência de prova irrecusável, que modifique a base de cálculo utilizado ao lançamento.

\* a transportar fls 02...



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida São Paulo, 1123 - Fones: {

Gabinete e Secretaria, 064  
Expediente, 063  
Almoxarifado, 176  
Junta de Serviço Militar, 079

Cont. Fls 02.

LEI Nº 1.166 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1.978.-

## CAPÍTULO III

### DA COBRANÇA E DO LANÇAMENTO DAS TAXAS

Artigo 10º - As cobranças das contas e taxas far-se-ão:-

- I - para pagamento à boca do cofre;
- II - por procedimento amigável;
- III - mediante ação executiva;

§ 1º - A cobrança para pagamento à boca do cofre far-se-á pela forma, e nos prazos estabelecidos nesta Lei.

§ 2º - Expirado o prazo constante do carnet ou do Edital afixado para pagamento, à boca do cofre, ficam os contribuintes ou usuários sujeitos aos seguintes acréscimos sobre a importância lançada.

I - Multa de 20% (vinte por cento) após o vencimento.

II - Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da data do vencimento, até seu pagamento.

§ 3º - Aos créditos do S.A.A., aplicam-se as NORMAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA, de tributos e penalidades devidas, nos termos da Lei Federal nº 4.357 de 16 de julho de 1.964.

Artigo 11º - Nenhum recolhimento das taxas ou contas, será efetuado sem que se expeça a competente guia de conhecimento.

Artigo 12º - Nos casos de expedição fraudulenta de guias ou conhecimentos, responderão, civil, criminalmente e administrativamente os servidores que houverem subscrito ou fornecimento.

Artigo 13º - Autorizar ou mandar autorizar os estabelecimentos de crédito com sede no Município de Parapuã, a proceder o recolhimento das taxas e contas.

## CAPÍTULO IV

### DA RESTITUIÇÃO

Artigo 14º - O contribuinte ou usuário tem direito, independente de prévio protesto, à restituição total ou parcial da importância recolhida, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:

I - Cobrança ou pagamento espontâneo de taxas ou contas indevidas ou maior que a devida em face desta Lei, ou da natureza ou conferência de qualquer documento relativo, efetivamente.

II - Erro da identificação do contribuinte, usuário ou domicílio na determinação da alíquota aplicável no cálculo do montante devido, ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento.

III - Reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória

Artigo 15º - A restituição total ou parcial da importância abrangerá também na mesma proporção, os juros de mora e as penalidades pecuniárias, salvo as referentes à inflação de caráter formal, que não devem reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

\*

A Transporatar Fls 03...





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida São Paulo, 1123 - Fones: {

Gabinete e Secretaria, 064  
Expediente, 063  
Almoxarifado, 176  
Junta de Serviço Militar, 079

de transporte fls 03

## LEI Nº 1.166 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1.978.-

- Artigo 16º - O direito de pleitear a restituição das taxas e acréscimos se houver, extingue-se com o decurso do prazo de 06 (seis) meses quando o pedido baseia-se em simples erro de calculo, e de 03 (tres) anos nos demais casos.
- Artigo 17º - Quando se tratar de taxas e multas indevidamente arrecadadas, por motivo de erro cometido, e regularmente apurada, a restituição, será feita de OFÍCIO, mediante determinação da autoridade competente - em representação, formulada apelo órgão competente em representação formulada e devidamente processada.
- Artigo 18º - O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de documentos, quando de torne necessário a verificação da procedência da medida, a juízo da administração.
- Artigo 19º - Os processos de restituição, serão obrigatoriamente informados, antes de receber despacho, pela repartição que houver arrecadado as taxas e acréscimos se houver, reclamados total ou parcialmente.

### CAPITULO V

#### DA DÍVIDA ATIVA

- Artigo 20º - Constitui dívida ativa do S.A.A., proveniente de taxas, contas e multas de qualquer natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento.
- Artigo 21º - Para todos os efeitos legais, considerar-se-á como inscrita em Dívida Ativa registrada em livros especiais na repartição competente do S.A.A.
- Artigo 22º - Encerrado o Exercício financeiro, a repartição competente providenciará, imediatamente a inscrição dos débitos por contribuinte.
- Artigo 23º - Independentemente, porém, do término do exercício financeiro dos débitos não pagos em tempo hábil poderão ser inscritos no livro próprio da Dívida Ativa.
- Artigo 24º - O termos de inscrição da Dívida Ativa autenticado pela autoridade competente indicará:-
- I - O novo devedor, e, sendo o caso, o dos co-responsáveis bem como sempre que possível, o domicilio ou residencia de um ou de outros.
  - II - A origem e natureza do credito, mencionando a norma que o instituiu.
  - III - A quantia devida e maneira de calcular os juros de mora crescidos, bem como a CORREÇÃO MONETÁRIA, ser for o caso.
  - IV - A data em que foi inscrita.
  - V - O número do processo administrativo de que se origina o crédito se for o caso.
- Artigo 25º - Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contas da data da publicação será feita a cobrança amigável da Dívida Ativa, depois do que o SAA encaminhar para cobrança Judicial, à medida que foram extraídas as certidões relativas ao débito.
- a transportar fls 04....



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida São Paulo, 1123 - Fones: {

Gabinete e Secretaria, 064  
Expediente, 063  
Almoxarifado, 176  
Junta de Serviço Militar, 079

de transporte fls 04.....

## LEI Nº 1.166 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1.978.-

Artigo 26º - O recebimento de débitos constantes de certidões já encaminhados - para a cobrança executiva, será feito pelos escrivões ou advogados com visto do procurador jurídico do S.A.A., incumbido da cobrança judicial da Dívida.

Parágrafo Único - A partir da data da publicação da relação, começa a fluir o prazo de 30 ( trinta) dias para a cobrança por procedimento amigável, decorrido este prazo ajuíza-se-á a competente ação executiva.

### CAPITULO VI

#### DAS MULTAS

Artigo 27º - As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo,

Parágrafo Único - Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:-

I - A maior ou menor gravidade da infração.

II - As suas circunstâncias atenuantes ou agravantes.

: III - Os antecedentes do infrator com relação as disposições desta - Lei.

Artigo 28º - A falta de pagamento das contas de água, dentro do prazo estabelecido, importará na multa de 20% (vinte por cento) sobre o total da mesma, excluída a Quota de Previdência Federal, e outros que possam incidir sobre a mesma.

Artigo 29º - Serão punidos com multa variável de valor equivalente no mínimo 10% (dez por cento) de acordo com o coeficiente, atribuído pela legislação federal, e , no máximo 50% (cinquenta por cento) do mesmo coeficiente, a critério da administração as seguintes infrações

I - Intervenção do usuário ou de seus agentes no ramal de derivação 10% (dez por cento) de acordo com o coeficiente;

II - Derivação ou ligação interna de água para outros prédios, 20% (vinte por cento) de acordo com o coeficiente.

III - Emprego de bombas de sucção diretamente ligadas ao ramal domiciliar; 50% (cinquenta por cento) de acordo com o coeficiente.

Artigo 30º - A quem a Administração, será punido com multa no valor de 5% (cinco por cento) a 50% (cinquenta por cento) de acordo com o coeficiente atribuída pela legislação federal, qualquer infração que esta Lei não tenha expressado.

### CAPITULO VII

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31º - As taxas pelo fornecimento de água, serão cobradas do usuário e - compreenderão parte fixa correspondente ao consumo reputado normal por esta Lei.

Artigo 32º - Considera-se consumo normal, o volume de água gasto mensalmente pelas seguintes categorias.

a) - Casas residências com instalações sanitárias.....Cr\$45,50

b) - Casas residências sem instalações sanitárias.....Cr\$35,16

\* c) - Escritórios, consultórios, salões de barbeiros, cabeleiros sapatearias, selarias, oficinas de concertos sem residências anexas.....Cr\$28,78

D- - Farmácia, drogarias, casas comerciais, bares e sorveterias, - confeitarias, padarias e restaurantes e congêneres sem residência anexa.....Cr\$39,45

Atransportar fls 05 ENCAMINHE UM ANA L F A B E T O A O M O B R A L





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida São Paulo, 1123 - Fones: {

Gabinete e Secretaria, 064  
Expediente, 063  
Almoxarifado, 176  
Junta de Serviço Militar, 079

de transporte fls 05.....

## LEI Nº 1.166 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1.978.-

- e) - Farmacias, drogarias, casas comerciais, bares, sorveterias, -  
confeitarias, padarias, restaurantes e congêneres com residen-  
cia anexa.....Cr\$ 69,78
- f) - Hoteis, pensões, depósito de bebidas, que utilizam agua para  
lavagem de vasilhames, postos de gasolina sem lavador de car-  
ros, lavanderias e tinturarias, cinemas, teatros e casa de di-  
versões.....Cr\$115,37
- g) - Hospitais e Santa Casa.....Cr\$174,05
- h) - Posto de gasolina com lavador de carros, industria de bebidas  
.....Cr\$290,12
- i) - Casas residencias com instalações sanitárias e piscinas até  
70.000 (setenta mil) litros com tratamento e viveiros de café  
até 70.000 (setenta mil) mudas.....Cr\$ 91,02
- Artigo 33º - As contas referentes ao consumo de agua, serão extraídas anualmente  
sob forma de CARNET.
- Artigo 34º - As contas extraídas mansalmente sob forma de recibos e guias, serão  
apenas para ligação de agua.
- Artigo 35º - Os vencimentos de taxas serão:-  
I - Para o consumo normal, durante o mes respectivo consumo, com -  
vencimento no dia 10 (dez) do mes seguinte:  
II - Para a ligação de agua , no ultimo dia util do mes em que a -  
mesma fora lançada.
- Artigo 36º - O pagamento das taxas de agua, poderão ser efetuadas na Tesouraria  
da Prefeitura Municipal de Parapuã, ou em qualquer estabelecimento  
de crédito, no Município de Parapuã, autorizados pela administra-  
ção Municipal.
- Artigo 37º - Na falta de pagamento das taxas nas eppcas regulamentares incorrerá  
o usuário faltoso na multa de 20% (vinte por cento), no caso da fal-  
ta persistir por mais 2 (dois) meses, terá o usuario faltoso o rece-  
bimento de agua interrompido.
- Artigo 38º - Os lançamentos feitos de fora da epoca normal, terão 30 (trinta)  
dias de prazo para o pagamento, sem acréscimo de multas a partir -  
data de sua efetivação.

### TABELA I

#### TABELA PARA COBRANÇA E LANÇAMENTO DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

- 01 - Por hora de serviço ou trabalho ...2% de acordo com o coeficiente atribui-  
da pela Legislação Federal.

NOTA: Correrá por conta do interessado, alem da taxa de serviços diversos  
a substituição de peças e outros que fizerem necessários.

### TABELA II

#### TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE EXPEDIENTEZ

- 01 - Baixa de qualquer natureza.....1% de acordo com o coeficiente atribuida  
pela Legislação Federal.  
a transportar fls 06.....



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida São Paulo, 1123 - Fones: {

Gabinete e Secretaria, 064  
Expediente, 063  
Almoxarifado, 176  
Junta de Serviço Militar, 079

de transporte fls 06....

LEI Nº 1.166 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1.978.-

02 - Certidões:-

a) - quitação.....3% de acordo com o coeficiente.

c) - Busca por ano, alem da taxa de

alínea "A".....1% de acordo com o coeficiente.

03 - Expedição de 2ª via das guias de

lançamento.....1% de acordo com o coeficiente.

04 - Expedição de 2ª via do Carnet de

lançamento.....3% de acordo com o coeficiente.

## TABELA III

### TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE REABERTURA:

01 - Para reabertura de ligações fechadas por falta de pagamento ou por contrariar normas desta Lei e outros atos normativos...10% de acordo com o coeficiente.

02 - Para reabertura de ligações fechadas a pedido do usuário ou proprietário...  
.....3% de acordo com o coeficiente.

## TABELA IV

### TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE LIGAÇÃO

01 - O pagamento para ligações de agua poderá ser feito de acordo com o discriminado abaixo:-

a) - Pagamento integral.....Cr\$ 474,00

b) - Em duas prestações (cada uma) .....Cr\$ 237,00

c) - Em tres prestações (cada uma).....Cr\$ 158,00

d) - Em quatro prestações (cada uma).....Cr\$ 117,00

e) - Em cinco prestações (cada uma).....Cr\$ 93,00

## CAPÍTULO VIII

### DAS TAXAS

#### SECÇÃO 1ª

#### DA INCIDENCIA DAS TAXAS

Artigo 39º - Pelo exercicio regular do poder de policia, ou em razão da utilização, efetiva ou potencial, do serviço específico e didisível - prestados ao contribuinte, ou posto à sua disposição pelo Serviço de Abastecimento de Agua de Parapuã (SP), serão cobrados as seguintes taxas:-

I - De Serviços Diversos

II - De Expediente

III - De Reabertura

IV - De Ligação

V - De Instalação.

#### SECÇÃO 2ª

#### DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

Artigo 40º - A taxa de serviços diversos, é devida pela prestação de serviços - em casos especiais, plenamente comprovado, tais como conserto, reparos substituições ou troca de peças e outros.  
a transportar fls 07 .....

\*





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida São Paulo, 1123 - Fones: {

Gabinete e Secretaria, 064  
Expediente, 063  
Almoxarifado, 176  
Junta de Serviço Militar, 079

DE TRANSPORTE fls 07.....

## LEI Nº 1.166 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1.988-

Artigo 41º - Para efeito do artigo anterior, ficará a cargo da Administração, comprovar a maior ou menor necessidade do serviço

Artigo 42º - Para a prestação de serviços mencionados nesta Secção, será cobrada uma taxa de acordo com a tabela anexa a esta Lei.

### SECÇÃO 3ª

#### DA TAXA DE EXPEDIENTE

Artigo 43º - A taxa de expediente é devida pela apresentação de petições à documentos às repartições do S.A.A., para apreciação e despachos, pela autoridade administrativa, ou pela lavratura de termos e contratos com a administração.

Artigo 44º - Será também cobrada a taxa de expediente, para a expedição de SEGUNDA VIA DO CARNET, bem como das guias de lançamento, tais como: Receitas Diversas e outras.

Artigo 45º - A Taxa de que trata esta secção é devida pelo peticionário, ou por quem tiver interesse direto no ato da Administração, e será cobrada de acordo com a tabela anexa a esta Lei.

### SECÇÃO 4ª

#### N DA TAXA DE REABERTURA

Artigo 46º - A taxa de reabertura, será devida pela reabertura de agua fechada por falta de pagamento, ou por contrair normas desta Lei, bem como outros atos normativos.

Artigo 47º - A taxa de que trata esta Secção será cobrada de acordo com a tabela relacionada nesta Lei.

### SECÇÃO 5ª

#### DA TAXA DE LIGAÇÃO

Artigo 48º - A concessão do serviço ou serviços do S.A.A., obriga o requerente ao pagamento de uma despesa de ligação de agua de acordo com a sua categoria de até o valor equivalente na tabela relacionada nesta Lei.

### SECÇÃO 6ª

#### DA TAXA DE INSTALAÇÃO

Artigo 49º - A prestação de serviço ou serviços, obriga o requerente a indenização antecipada, mediante prévio orçamento das despesas de mão de obra decorrentes de instalação dos ramais de derivação.

Artigo 50º - A creitêrão da administração, o pagamento das despesas de instalação do ramal de derivação, podera ser feito em prestações mensais ou de uma só vez, no ato da execução do serviço.

Artigo 51º - A taxa de mão será cobrada de acordo com a tabela relacionada nesta Lei.

### CAPITULO IX

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 52º - Para efeito desta Lei, servirá de base para o cálculo do montante devido, de acordo com o coeficiente atribuida pela Legislação -

a transportar fls 08 .....



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida São Paulo, 1123 - Fones: {

Gabinete e Secretaria,	064
Expediente,	063
Almoxarifado,	176
Junta de Serviço Militar,	079

de transporte fis 00.....

## LEI Nº 1.156 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1.978.-

Federal, na época em que se efetuar o lançamento ou aplicar as -  
multas Artigo 53º -

Artigo 53º - Para que o S.A.A., proceda a abertura d'água bem como a concessão de serviços, o usuário ou contribuinte deverá requerer à administração a concessão dos mesmos.

Artigo 54º - Qualquer reclamação, só será atendida se for apresentada dentro de 10 (dez) dias, após a emissão da respectiva conta acompanhada da mesma e instruída de uma repartição.

Artigo 55º - Os casos omissos ou de dúvida deste regulamento, serão resolvidos pela Administração.

Artigo 56º - As taxas constantes desta Lei, estão sujeitas ainda a Cota de Previdência Social Federal.

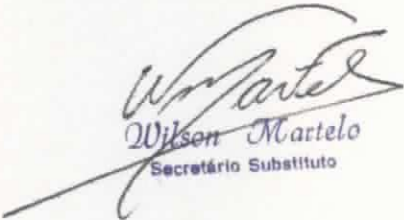
Artigo 57º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1.979.

Artigo 58º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, aos 27 de novembro de 1.978.-

  
GUIDO BELONE  
Prefeito Municipal  
Wilson Martelo  
Secretário Substituto

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã, na data supra e afixada no lugar de costume.-

  
Wilson Martelo  
Secretário Substituto

\*